



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS
MINAS GERAIS**

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021





PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

Sumário

1. Introdução	3
2. Avaliação do Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias	3
3. Avaliação dos Resultados Quanto à Eficiência e Eficácia da Gestão Orçamentária.....	5
3.1 – Elaboração do Orçamento	5
3.2 – Execução Orçamentária/Financeira	6
3.3 – Balanço Orçamentário	7
3.4 – Créditos Adicionais	7
3.4.1 – Créditos Suplementares	7
3.4.2 – Créditos Especiais	8
3.5 – Comportamento da Receita Arrecadada no Exercício em Relação aos Exercícios Anteriores	8
3.6 – Comportamento da Despesa Realizada no Exercício em Relação aos Exercícios Anteriores	8
3.7 – Reserva de Contingência / RPPS	9
4 – Avaliação dos Resultados Quanto à Eficiência e Eficácia da Gestão Financeira	9
5 – Avaliação dos Resultados Quanto à Eficiência e Eficácia da Gestão Patrimonial	9
5.1 – Dívida Fundada Interna	10
5.2 – Limites da Dívida	11
5.3 – Demonstrativo da Dívida Flutuante	11
6 – Análise do Cumprimento dos Limites e Condições Para a Realização de Operação de Crédito	12
6.1 – Informações Quanto à Cessão de Direito Creditório.....	12
7 – Análise da Observância dos Limites Para Inscrição de Despesa em Restos a Pagar.....	12
8 – Observância dos Limites e Condições Para a Realização da Despesa Total com Pessoal	12
9 – Avaliação da Aplicação dos Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	13
9.1 – Aplicação dos Recursos do FUNDEB	14
9.2 – Outros Níveis de Ensino	15



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

10 – Avaliação da Aplicação dos Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde	15
11 – Destinação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos	16
12 – Observância do Repasse Mensal de Recursos ao Poder Legislativo Municipal	16
13 – Aplicação dos Recursos Públicos Realizada por Entidades de Direito Privado – Subvenções Sociais	17
14 – Providências Adotadas Para a Proteção do Patrimônio Público	17
15 – Participação do Município em Consórcio Público	18
16 – Informações Quanto ao Recebimento dos Recursos de Multas de Trânsito	18
17 – Informações Quanto ao Recebimento dos Recursos da CIDE	18
18 – Da Dívida de Natureza Previdenciária Junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Andradas	19
19 – Cumprimento, por Parte dos Representantes dos Órgãos ou Entidades do Município, dos Prazos de Encaminhamento de Informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM)	19
20 – Do Parecer Conclusivo	20



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

1 - INTRODUÇÃO

A Controladoria Interna do Poder Executivo do Município de Andradas, em cumprimento às disposições contidas do artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, § 3º do artigo 42 da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008 e do Anexo I da Instrução Normativa nº 04, de 29 de novembro de 2017 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, apresenta o RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO, com o Parecer Conclusivo Sobre as Contas de 2021, parte integrante da Prestação de Contas referente ao exercício financeiro de 2021.

A Controladoria Interna atuou de forma integrada, estimulando a eficiência operacional, visando o cumprimento dos programas e metas de governo e, com base nos mandamentos constitucionais e legais, bem como a partir das Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e legislação municipal aplicável, realizou a avaliação dos resultados, quanto aos tópicos abaixo relacionados:

2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

As metas estão de acordo com o planejamento previsto no Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021, do Município de Andradas, foram estabelecidas na Lei Municipal nº 1.837, de 22 de dezembro de 2017, constituindo-se como instrumento de planejamento das ações de governo, bem como, orientador da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

As metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias foram instituídas pela Lei Ordinária Municipal nº 1956 de 23 de junho de 2020, executadas de acordo com a execução orçamentária e financeira constante na Lei Orçamentária Anual (Lei Ordinária nº 1793, de 07/12/2020).

Verifica-se a eficiência e resultado satisfatório na realização das ações governamentais, destacando que a situação de calamidade pública decorrente da pandemia COVID19 alterou algumas atividades e ações municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

Nos termos do § 4º do artigo 9º e inciso I, § 1º do artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e Lei Complementar nº 156, de 18 de dezembro de 2016, realizamos Audiência Pública na Câmara Municipal na data de 04 de agosto de 2021, para discussão do projeto de Lei do Plano Plurianual em

3 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2021 do Município de Andradas foi elaborada conforme regras constitucionais e legais, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000, evidenciando a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo Municipal, mediante estimativa de receitas e fixação de despesas no valor de R\$ 123.974.120,00 (Cento e vinte e três milhões, novecentos e setenta e quatro mil, cento e vinte reais), sendo aprovada por meio da Lei Ordinária Municipal nº 1973 de 07 de dezembro de 2020.

A receita foi estimada também, após análise da evolução média dos três últimos exercícios, dos fatores conjunturais que poderiam influenciar as transferências a serem recebidas.

Da mesma forma, a fixação da despesa decorreu da análise de quais eram as demandas existentes e as despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios.

EXERCÍCIO 2021			
RECEITA	R\$	DESPESA	R\$
Receitas Correntes	127.423.420,00	Despesas Correntes	108.006.111,00
Receitas de Capital	2.793.500,00	Despesas de Capital	9.838.689,00
Receitas Correntes – Contribuição RPPS	5.569.600,00	Reservas Contingência	50.000,00
Dedução para FUNDEB	(11.812.400,00)	Reserva do RPPS	6.079.320,00
TOTAL	123.974.120,00		123.974.120,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

3.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

A despesa empenhada consolidada, no exercício de 2021, importou em R\$ 119.019.633,78 (Cento e dezenove milhões, dezenove mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta e oito centavos), equivalendo a 96,00% do valor orçado.

O valor liquidado, R\$ 115.153.916,37 (Cento e quinze milhões, cento e cinquenta e três mil, novecentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), representou 96,75% da importância empenhada.

O valor pago, R\$ 105.110.987,15 (Cento e cinco milhões, cento e dez mil, novecentos e oitenta e sete reais e quinze centavos), importou em 91,27% sobre o valor liquidado.

A execução orçamentária da despesa limitou-se aos créditos autorizados.

Os relatórios contábeis: Demonstrativo de Numerário, Balancetes Financeiro e Geral, Livros Diário e Razão estão formalizados nos termos legais.

As Notas de Empenho estão acompanhadas de documentação comprobatória da despesa e estão corretamente arquivados.

Os controles de caixa e banco estão sendo realizados mensalmente e são verificadas escriturações, conciliações bancárias e extratos das contas bancárias e de aplicações financeiras.

A emissão prévia de empenhos, observando as indicações das classificações funcionais programáticas e econômicas, históricos completos, demonstrações de saldo e autorização de despesa, resultando em seu pagamento, após liquidação, obedeceu aos parâmetros da Lei 4.320/64.

Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO – no período bimestral, foram publicados em obediência ao artigo 52 da Lei Complementar nº 101/2000 e enviados ao Tribunal de Contas nos prazos previstos legalmente, nos termos das Instruções Normativas do TCEMG.

As notas de empenho referentes às despesas com publicidade e divulgação, de caráter informativo, educativo ou de orientação social, são arquivadas com o exemplar do jornal ou impresso da matéria veiculada que comprovem o respectivo conteúdo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

3.3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

No Balanço Orçamentário estão demonstradas as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, bem como o desempenho da administração em termos de arrecadação.

O valor da receita orçada para o exercício 2020 foi de R\$ 123.894.120,00 (Cento e vinte e três milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e cento e vinte reais) e a arrecadada totalizou R\$ 138.872.447,52 (Cento e trinta e oito milhões, oitocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), ocorrendo um excesso de arrecadação no valor de R\$ 14.978.327,52 (Quatorze milhões, novecentos e setenta e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos).

A despesa empenhada atingiu o valor de R\$ 119.019.633,78 (Cento e dezenove milhões, dezenove mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta e oito centavos), ocorrendo superávit orçamentário no valor de R\$ 19.852.813,14 (Dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e treze reais e quatorze centavos).

3.4 – CRÉDITOS ADICIONAIS

3.4.1 – Créditos Suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 24.167.676,95 (Vinte e quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos), correspondendo a 19,49% do valor orçado, foram abertos em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320/64, na Constituição Federal e ao limite de 20% autorizado pelo Legislativo.

APURAÇÃO DOS LIMITES DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS EXERCÍCIO DE 2021	
Lei Orçamentária	R\$ 123.974.120,00
Limite de Créditos Suplementares Autorizados	20%
Valor dos Créditos Suplementares Autorizados	R\$ 24.794.824,00
Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	R\$ 24.167.676,95
Diferença	(R\$ 627.147,05)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

3.4.2 – Créditos Especiais

No exercício de 2021 foram abertos Créditos Especiais no valor de R\$ 3.676.089,00 (Três milhões, seiscentos e setenta e seis mil e oitenta e nove reais).

3.5 - COMPORTAMENTO DA RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

EXERCÍCIOS	COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA		2021
	2019	2020	
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	Arrecadação (R\$)	Arrecadação (R\$)
Receitas Correntes	107.271.616,69	124.734.457,41	134.800.034,70
Receitas de Capital	1.155.767,62	4.807.171,02	4.072.412,82
TOTAL	108.427.384,31	129.541.628,43	138.872.447,52

No exercício de 2021, pode-se observar aumento de 7,20% em relação à receita arrecadada no exercício de 2019.

3.6 – COMPORTAMENTO DA DESPESA REALIZADA NO EXERCÍCIO EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA			
EXERCÍCIOS DE 2019, 2020 E 2021			
EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	Realizada (R\$)	Realizada (R\$)
Despesa Corrente	92.839.615,76	101.967.167,73	112.549.487,02
Despesa de Capital	6.295.435,23	8.879.419,76	5.527.854.098,00
TOTAL	98.682.050,99	110.846.587,49	118.077.342,00

No exercício de 2021 o acréscimo da despesa importou em 6,52% sobre o exercício anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

3.7 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA/RPPS

No exercício de 2020 não ocorreu movimentação na dotação orçamentária Reserva de Contingência/RPPS.

4 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO FINANCEIRA

Os procedimentos adotados relativos à execução financeira obedeceram às determinações legais.

As aquisições de bens e serviços realizadas foram dentro dos preços praticados pelo mercado.

5 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL

A Controladoria Interna orientou para uma correta escrituração do patrimônio, para que os dados do Balanço refletissem a realidade do Município.

Os bens móveis e imóveis adquiridos foram contabilizados nas respectivas contas patrimoniais e são corretamente indicados no Sistema Patrimonial.

O controle dos bens patrimoniais é feito a partir da listagem e sua atualização anual, ocasião em que é emitido o Inventário.

O recebimento de produtos é precedido das conferências de especificação, quantidade, qualidade e de embalagem, bem como validade.

Há cadastro de fornecedores e de controle de preços sobre os principais produtos e serviços consumidos e contratados.

Há cadastro dos veículos da Administração e respectiva alocação, com controle de quilometragem e consumo de combustível.

Existe manutenção das contas específicas dos recursos vinculados ao órgão, fundo ou despesa obrigatória, com vedação para transferência para outras contas, bem como a inclusão de outros recursos nessas contas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

A execução e o controle do orçamento, por fonte de recurso, têm sido realizados, conforme regras legais e orientação do TCEMG.

Os saldos bancários conferem com os extratos devidamente conciliados em 31/12/2021.

Os saldos dos Depósitos em consignação conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Os saldos dos parcelamentos de dívida fundada conferem com documentos arquivados na Divisão de Execução Orçamentária e Contábil.

Os valores de Restos a Pagar de 2020 e de exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenho a pagar.

Há transparência pública com a disponibilização ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, em meio eletrônico de amplo acesso público, através do site oficial do Município, de acordo com o inciso II do § 1º do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 e pela Lei Complementar nº 156/2016.

5.1 – DÍVIDA FUNDADA INTERNA

SALDO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	
EXERCÍCIO DE 2021	
PIS/PASEP	192.034,98
Operação de Crédito – BDMG	956.585,76
Parcelamento de Dívida com INSS	1.153.858,10
Total	2.302.478,84

O saldo da Dívida Fundada Interna, em 31/12/2021, confere com os documentos arquivados na Divisão de Execução Orçamentária e Contábil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

5.2 – LIMITES DA DÍVIDA

APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
EXERCÍCIO DE 2021		
TÍTULOS	2020 (R\$)	2021 (R\$)
Dívida Consolidada	2.999.417,26	2.302.478,84
Deduções	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (A)	2.999.417,26	2.302.478,84
Receita Corrente Líquida (B)	115.546.636,28	125.384.304,57
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à	2,59	1,84
Receita Corrente Líquida (A/B x 100)		
Limite máximo de endividamento conforme Resolução 40/01 do Senado Federal e alterações (1,2 ou índice apurado conforme artigos 3º e 4º da Resolução 40/01 do Senado Federal e suas alterações.		150.461.165,40

No exercício de 2021, foi cumprido o limite previsto na Resolução nº 40, de 20/12/2001 do Senado Federal.

5.3 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

DÍVIDA FLUTUANTE		
EXERCÍCIOS DE 2021		
DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
Restos a Pagar do Exercício Atual	-	13.908.646,63
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	6.234.552,86	347.124,16
Depósitos (Consignações, Depósito Judicial)	180.040,73	34.189,46
Outras Operações (Depósitos em Caução)	629.662,50	0,00
TOTAL	7.044.256,09	14.289.960,25

A Dívida Flutuante do Município é composta por 99,76% de Restos a Pagar e 0,24% de Consignações e Depósitos de Diversas Origens.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

6 – ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

No exercício de 2021 não ocorreu inscrição de valor referente Operação de Crédito.

6.1 – DEMONSTRAÇÃO DA CESSÃO DE DIREITO CREDITÓRIO

Não houve adesão do Município às disposições da Lei 23.422/2019 no exercício de 2021.

7 – ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR

O valor consolidado de Restos a Pagar inscrito no Exercício de 2021, totalizou R\$ 13.908.646,63 (Treze milhões, novecentos e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), sendo R\$ 10.042.929,22 (Dez milhões, quarenta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais e vinte e dois centavos) restos a pagar processados e R\$ 3.865.717,41 (Três milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e dezessete reais e quarenta e um centavos) restos a pagar não processados.

Os valores inscritos em Restos a Pagar estão compatíveis com o planejamento para o ano subsequente, à conta de dotação orçamentária própria e suporte financeiro para as despesas respectivas, haja vista se tratar de despesa de caráter continuado.

8 – OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

APURAÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL – RCL: R\$ 125.384.304,57	
Prefeitura Municipal	52.051.752,72
Câmara Municipal	1.335.413,57
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Andradas	303.939,34
TOTAL	53.691.105,63
Aplicação do Poder Executivo – 41,76%	52.355.692,06
Aplicação do Poder Legislativo -1,07%	1.335.413,57
Aplicação do Município – 42,82%	53.691.105,63



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

A despesa consolidada com pessoal no exercício 2021 totalizou R\$ 53.691.105,63 (Cinquenta e três milhões, seiscentos e noventa e um mil, cento e cinco reais e sessenta e três centavos), correspondendo a 42,82% da Receita Corrente Líquida, obedecendo ao disposto na Lei Complementar 101/2000.

Há controle mensal dos gastos com pessoal, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos 11 (onze) meses anteriores, adotando-se o regime de competência.

Os descontos obrigatórios incidentes sobre a folha de pagamento são realizados.

As informações relativas à folha de pagamento para o Cadastro de Agentes Políticos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais – CAPMG são apresentadas mensalmente, dentro do prazo, por meio do Sicom/TCMG.

9 – APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

BASE DE CÁLCULO	R\$ 90.364.809,58
Valor Pago (A)	7.972.010,02
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	13.677.557,29
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	1.613.663,92
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	23.263.231,23
Disponibilidade de caixa (D) – C/C 7442-X	1.825.526,08
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	
Valores Restituíveis a Recolher (F)	
Valores Restituíveis no Ativo Financeiro (G)	
Saldo de Disponibilidade de Caixa (H=D-E-F+G)	
Resto a Pagar (processado e não processado) inscritos sem disponibilidade de caixa (I=B-H)	0,00
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (J)	168.936,48
Total Aplicado (K=C-I+J)	23.432.167,71

O Município de Andradas aplicou 25,93% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, atendendo ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal e ao artigo 69 da Lei nº 9.394/96.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

Os recursos relativos aos 25% dos impostos e transferências estão sendo depositados em conta específica nº 7442-X do Banco do Brasil, que é movimentada pelo Órgão responsável pela Educação.

Apesar de 2021 ter sido o ano mais difícil diante da pandemia COVID 19, as conquistas pedagógicas adquiridas no exercício de 2020 foram aprimoradas.

No segundo semestre de 2021, com o avanço da vacinação e após elaboração de um cuidadoso plano de contingência, as aulas presenciais foram cautelosamente retomadas.

9.1 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

III - Gastos Com Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício		
Descrição	Percentual	Valor
Receita total do FUNDEB	100,00%	19.841.980,56
Valor legal mínimo	70,00%	13.889.386,39
Total aplicado	70,38%	13.964.524,42

O Município aplicou na remuneração dos Profissionais do Magistério o valor de R\$ 13.964.524,42 (Treze milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos) correspondendo a 70,38%, atendendo ao limite mínimo de 70% da receita arrecadada, conforme disposto no artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

Todas as despesas realizadas com recursos do FUNDEB foram destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino básico e à valorização dos profissionais da educação.

Houve a contabilização de abono aos profissionais da educação básica em efetivo exercício, com recursos compreendidos na proporção não inferior a 70% dos recursos anuais totais do FUNDEB, de que dispõe o artigo 212-A, inciso XI da Constituição Federal e o artigo 26 da Lei 14.113/20, alterada pela Lei nº 14276/21.

Frisa-se que o referido abono tem caráter transitório e excepcional, desvinculado da remuneração dos profissionais contemplados, conforme previsão na Lei Municipal nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

2036, de 28/12/2021, prévia dotação na Lei Orçamentária Anual – LOA e autorização específica, em consonância com a orientação do TCEMG e conforme legislação federal.

9.2 – OUTROS NÍVEIS DE ENSINO

No exercício de 2021, o Município de Andradas atendeu prioritariamente à Educação Básica, porém não deixou de atuar no aprimoramento do ensino médio bem como na disponibilização de transporte intermunicipal e interestadual à alunos do ensino superior após o retorno às aulas presenciais, considerando ainda não possuir instituição de ensino superior presencial no Município.

10 – AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

BASE DE CÁLCULO	R\$ 87.557.639,13
Valor Pago (A)	20.163.646,95
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	2.196.945,33
Subtotal (C = A + B)	22.360.592,28
Disponibilidade de caixa (D) – C/C 8703-3	1.574.255,96
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	0,00
Valores Restituíveis a Recolher (F)	0,00
Valores Restituíveis Registrados no Ativo Financeiro (G)	0,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (H=D-E-F+G)	1.574.255,96
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (I = B - h)	622.689,37
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (J)	849.506,90
Total Aplicado (K=C-I+J)	22.587.409,81

O Município de Andradas aplicou o valor de R\$ 22.587.409,81 (Vinte e dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e nove reais oitenta e um centavos) em ações e serviços públicos de saúde, correspondendo a 25,80% da base de cálculo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

As ações e medidas foram destinadas com foco principal na prevenção e nas necessidades vinculadas à situação emergencial em saúde atual, em conformidade com as normas constitucionais e legais, especialmente relativas às normas orçamentárias.

É disponibilizada no site oficial do Município a transparência de todas as despesas com a prevenção e enfrentamento do coronavírus (Covid19), bem como as contratações e aquisições, no prazo legal, atendendo aos requisitos previstos na Lei de Transparência Pública.

11 – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

No exercício de 2021 houve a arrecadação de receita com alienação de bens no montante de R\$ 2.050,00 (Dois mil e cinquenta reais) e aplicação no valor de R\$ 122.826,87 (cento e vinte e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos).

12 –OBSERVÂNCIA DO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

REPASSE DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO			
EXERCÍCIOS DE 2021			
Receita Tributária ,	Limite Máximo de	Valor do Repasse	Repasse Realizado
Transferências	Repasse em 2021:	Previsto na Lei	
Constitucionais, Receita	7% das receitas	Orçamentária Anual	
da Dívida Ativa Tributária,	arrecadadas em 2020	(Proporção fixada na	
Multas e Juros	conforme primeira	LOA)	
decorrentes de Receitas	coluna.		
Tributárias, arrecadadas			
em 2020.			
R\$ 66.158.496,89	R\$ 4.631.094,78	R\$ 2.800.000,00	R\$ 2.800.000,00

Os repasses financeiros do Poder Executivo ao Poder Legislativo forma realizados de acordo com o disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, até o dia 20 de cada mês, observada a proporção estabelecida na Lei Orçamentária Anual de 2021, correspondendo ao duodécimo e os limites legais constitucionais aplicáveis à espécie.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

O valor repassado ao Poder Legislativo, no exercício 2021, totalizou R\$ 2.800.000,00 (Dois milhões e oitocentos mil reais) atendendo ao limite constitucional.

O Poder Legislativo devolveu ao Poder Executivo, por saldo não utilizado, a importância de R\$ 1.008.642,76 (Um milhão, oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos).

13 – APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS REALIZADA POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO - SUBVENÇÕES SOCIAIS

O Poder Executivo, mediante autorização legislativa específica, transfere recursos do Tesouro Municipal a título de subvenção às entidades legalmente constituídas e sem fins lucrativos, as quais desenvolvam atividades nas áreas de saúde, educação, social cultura e desporto, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, Lei Orçamentária de 2021, de acordo com o Decreto Municipal nº 1751 de 25/11/2016.

Os recursos são transferidos mediante apresentação de planos de trabalho, monitoramento e prestações de contas submetidos à aprovação de Secretários, Gestores e Conselhos Municipais.

Não há concessão de subvenções às entidades que não cumprem as exigências dispostas nas leis municipais acima referidas, assim como as que não têm suas contas aprovadas pelo Poder Executivo, em observância às regras aplicáveis da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 1751/2016.

A destinação de recursos públicos, de acordo com o artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, atende às condições estabelecidas na legislação acima reportada.

14 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

No exercício de 2021 não houve registro de ocorrência de danos causados ao patrimônio público municipal que motivasse a instauração de sindicâncias, inquéritos, processos administrativos e tomada de contas especiais.

Há verificação do estado físico dos bens móveis e imóveis, em garantia ao estado de conservação dos bens públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

15 –PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS

O consórcio é um somatório de esforços e de recursos para o atendimento de objetivo comum e de todos os seus criadores ou instituidores, e suas ações estão voltadas para melhor atender ao interesse público, em observância aos mandamentos constitucionais e legais, em especial, às normas gerais instituídas pela Lei Federal nº 11.107/2005, com alterações posteriores regulamentadas pelo Decreto Federal nº 6.017/2007.

O Município de Andradas está autorizado a participar de consórcios públicos através da Lei Ordinária nº 1.469, de 06 de junho de 2007.

No exercício de 2021, o Município de Andradas participou do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Rio Pardo, Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macrorregião do Sul de Minas, Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Rio Pardo, Consórcio Público para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Consórcio Público Para O Desenvolvimento do Café - CONCAFÉ.

16 – INFORMAÇÕES QUANTO AO RECEBIMENTO RECURSOS DE MULTAS DE TRÂNSITO

No exercício de 2021 o Município recebeu recursos de Multas de Trânsito, através da conta corrente 31.657-1 do Banco do Brasil, com o saldo de R\$ 1.034,34 (Mil e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos) em 3/12/2020 pela atuação dos agentes de trânsito da Guarda Civil Municipal.

A conta corrente nº 14.558-7 do Banco Itaú mantém-se com o saldo de R\$ 0,50 (Cinquenta centavos).

17 – INFORMAÇÕES QUANTO AO RECEBIMENTO RECURSOS DA CIDE – CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO

O repasse da CIDE no exercício de 2021 foi de R\$ 22.517,23 (Vinte e dois mil, quinhentos e dezessete reais e vinte e três centavos), contabilizado na rubrica 1.7.2.8.0.1.41.00 – Cota Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

18 –DÍVIDA DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA JUNTO AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANDRADAS

As contribuições sociais ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Andradas encontram-se regulares restando, apenas, as da competência dezembro/2020 com vencimento no mês de janeiro/2021.

19 - CUMPRIMENTO, DA PARTE DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DO MUNICÍPIO, DOS PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES, POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (SICOM)

Nos termos da Instrução Normativa TCMG nº 3, de 25 de novembro de 2015, alterada pela Instrução Normativa TCEMG nº 02, de 29 de novembro de 2017, as informações mensais referentes à execução orçamentária, financeira e operacional dos órgãos ou entidades, bem como os balancetes contábeis e demonstrações contábeis aplicadas ao setor público foram encaminhadas ao Tribunal de Contas/MG, por meio dos respectivos módulos de Acompanhamento Mensal, Balancete Contábil, Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, estabelecidos pelo Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM.

As informações pertinentes aos Instrumentos de Planejamento (Plano Plurianual 2018-2021), Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 e Lei Orçamentária de 2021 foram encaminhadas ao Tribunal de Contas, no prazo, conforme leiautes disponibilizados no SICOM, acompanhadas dos textos integrais das leis indicadas, de acordo com o art. 5º da referida IN TCMG nº 03/2015, com sua alteração posterior.

A remessa de informações relativas à folha de pagamento, para a constituição do Cadastro de Agentes Públicos do Município - CAPMG foram encaminhadas ao Tribunal de Contas, de acordo com leiaute disponibilizados, observada a Instrução Normativa TCEMG nº 4, de 9 de dezembro de 2015, com alteração dada pela Instrução Normativa TCEMG nº 02, de 24 de agosto de 2016.

A remessa de informações e documentos relativos a contratação de execução indireta de obras e serviços de engenharia, bem como aquisição de material para



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

execução direta de obras e serviço de engenharia foram encaminhadas ao Tribunal de Contas, de acordo com a Instrução Normativa TCEMG nº 01/2019.

20 – DO PARECER CONCLUSIVO

A Controladoria Interna atuou de forma sistêmica e comprometida no acompanhamento das ações desenvolvidas em benefício dos munícipes, visando o aperfeiçoamento da gestão pública municipal.

A Controladoria adotou procedimentos de controle de forma verbal, tendo em vista sua composição por única servidora.

O objetivo de manter a qualidade dos serviços dispostos à população foi alcançado, mesmo 2021 sendo um ano desafiador, passando por tantas dificuldades apresentadas pela pandemia Covid19.

Os limites constitucionais de gastos com Saúde, Educação, Profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício, gasto total com Pessoal, bem como o repasse de recursos ao Poder Legislativo, foram cumpridos.

Os Poderes Legislativo, Executivo e o Regime Próprio de Previdência Social encaminharam as informações via SICOM utilizando-se, inclusive, de substituições autorizadas.

As Contas Municipais de 2021 estão Regulares em consonância aos mandamentos constitucionais e legais aplicáveis à gestão pública municipal, reconhecendo que há a eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial, bem como cumprimento dos limites legais e constitucionais aplicáveis ao Município.

Desta forma, a Prestação de Contas do exercício de 2021 se encontra em condições de ser enviada e submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 04, de 29 de novembro de 2017, com demonstração, de forma clara e objetiva, da exatidão dos demonstrativos contábeis, com o cumprimento das normas constitucionais e legais.

Andradas, 29 de março de 2021.

Mariana Teixeira Cancherini
Controladora Interna